

INSTITUTO PEABIRU
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

INSTITUTO PEABIRU

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2016

CONTEÚDO

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Quadro 1 – Balanço patrimonial

Quadro 2 – Demonstração do superávit (déficit)

Quadro 3 – Demonstração dos resultados abrangentes

Quadro 4 – Demonstração das mutações do patrimônio social

Quadro 5 – Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos administradores,
INSTITUTO PEABIRU

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do INSTITUTO PEABIRU, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações dos superávits (déficits) das atividades sociais, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da sociedade em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das operações do Instituto Peabiru. Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a administração do Instituto vem adotando diversas medidas para o restabelecimento de seu equilíbrio financeiro e econômico de sua posição patrimonial e geração de caixa suficiente para o cumprimento das suas obrigações. Em 31 de dezembro de 2016 o Balanço Patrimonial apresentava o passivo á descoberto no montante de R\$ 413 mil. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e a classificação de passivos, que seriam requeridos no caso de insucesso dessas medidas para o restabelecimento do equilíbrio financeiro do Instituto Peabiru. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos administradores
INSTITUTO PEABIRU

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos administradores
INSTITUTO PEABIRU

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos administradores
INSTITUTO PEABIRU

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de janeiro de 2019.



Alberto A de F S Maia
Contador – CRC-RJ nº 082.246/O-0 “S” SP
Opinião Auditores Independentes
CRC/SP nº 021.490/O – T – RJ “S” SP

QUADRO 1
INSTITUTO PEABIRU
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em reais mil)

<u>ATIVO</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	1.095	979	Empréstimos e financiamentos		45
Créditos a receber	28	2.958	Fornecedores	78	19
Adiantamentos	391	134	Salários e encargos sociais	220	75
	<u>1.514</u>	<u>4.071</u>	Impostos a pagar	125	173
			Parcelamento de INSS	124	66
			Provisão de férias, 13º salário e encargos	5	154
			Recursos de projetos	1.011	3.299
				<u>1.563</u>	<u>3.831</u>
NÃO CIRCULANTE			NÃO CIRCULANTE		
Imobilizado	83	97	Parcelamento de INSS	447	105
	<u>83</u>	<u>97</u>		<u>447</u>	<u>105</u>
			PASSIVO A DESCOBERTO		
			Patrimônio Social	(348)	(348)
			Superávit (déficit) do exercício	(65)	580
			Total do passivo a descoberto	<u>(413)</u>	<u>232</u>
TOTAL DO ATIVO	<u><u>1.597</u></u>	<u><u>4.168</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E PASSIVO A DESCOBERTO	<u><u>1.597</u></u>	<u><u>4.168</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 2

INSTITUTO PEABIRU

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em reais mil)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
RECEITAS OPERACIONAIS	<u>4.651</u>	<u>4.427</u>
COM RESTRIÇÃO	<u>3.825</u>	<u>2.761</u>
Programas de Educação	219	13
Programas de Assistência Social	29	80
Programas de Direitos Humanos	2.613	1.242
Programas de Meio Ambiente	964	1.426
SEM RESTRIÇÃO	<u>826</u>	<u>1.666</u>
Receitas de Serviços Prestados	594	1.334
Rendimentos Financeiros	53	36
Doações	40	203
Outros Recursos Recebidos	139	93
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	<u>(3.825)</u>	<u>(2.761)</u>
Programas de Educação	(219)	(13)
Programas de Assistência Social	(29)	(80)
Programas de Direitos Humanos	(2.613)	(1.242)
Programas de Meio Ambiente	(964)	(1.426)
RESULTADO BRUTO	<u>826</u>	<u>1.666</u>
DESPESAS OPERACIONAIS	<u>(1.471)</u>	<u>(1.006)</u>
Administrativas	(1.375)	(909)
. Salários e encargos sociais	(1.022)	(178)
. Impostos e Taxas	(38)	(57)
. Aluguéis	(28)	(26)
. Serviços Gerais	(261)	(580)
. Manutenção	(11)	(19)
. Depreciação e Amortização	(15)	(49)
Despesas financeiras	(96)	(97)
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS		(151)
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	<u>(645)</u>	<u>509</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 3
INSTITUTO PEABIRU
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em reais mil)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Superávit (déficit) do exercício	(645)	509
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente	<u><u>(645)</u></u>	<u><u>509</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 4
INSTITUTO PEABIRU
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
(Em reais mil)

	Patrimônio Social	Superávit ou (Déficit) do exercício	Total
	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>
Em 1º de janeiro de 2015	(348)	71	(277)
Superávit do exercício	<u> </u>	<u>509</u>	<u>509</u>
Em 31 de dezembro de 2015	<u>(348)</u>	<u>580</u>	<u>232</u>
Défict do exercício	<u> </u>	<u>(645)</u>	<u>(645)</u>
Em 31 de dezembro de 2016	<u>(348)</u>	<u>(65)</u>	<u>(413)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 5

INSTITUTO PEABIRU

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em reais mil)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Das atividades operacionais:		
Superávit (déficit) do exercício	(645)	509
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:		
. Depreciação e amortização	27	66
. Encargos financeiros sobre saldos com empresas ligadas, financiamentos, empréstimos, obrigações fiscais e receitas financeiras		<u>52</u>
	<u>(618)</u>	<u>627</u>
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
. Créditos a receber	2.930	(1.871)
. Adiantamentos	(257)	19
. Aumento (Redução) nos passivos operacionais		
. Fornecedores	59	8
. Salários e encargos sociais	145	(155)
. Impostos a pagar	(48)	84
. Parcelamento de impostos	400	(24)
. Provisão de férias e encargos sociais	(149)	154
. Recursos de projetos	(2.288)	838
Fluxo de caixa das atividades operacionais	<u>174</u>	<u>(320)</u>
Das atividades de investimentos:		
. Aquisição de imobilizado	(13)	(66)
. Aquisição de intangível		<u>(2)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	<u>(13)</u>	<u>(68)</u>
Das atividades de financiamentos:		
. Pagamento de empréstimos	<u>(45)</u>	<u>(146)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	<u>(45)</u>	<u>(146)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u><u>116</u></u>	<u><u>(534)</u></u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Saldo inicial	979	1.513
Saldo final	<u>1.095</u>	<u>979</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u><u>116</u></u>	<u><u>(534)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO PEABIRU

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto Peabiru é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e tem como missão: “Facilitar processos de fortalecimento da organização social e da valorização da sociobiodiversidade para que as populações extrativistas e os agricultores familiares da Amazônia sejam protagonistas de sua realidade”.

O Peabiru atua nacionalmente, com atenção para a Amazônia Oriental – Pará (Marajó, ao Salgado Paraense e Belém Ribeirinha), Amapá e Maranhão. Com mais de 18 anos de atuação e sede em Belém, Pará, trabalha em 4 eixos, destacando-se as principais ações em andamento:

- a. Assistência técnica a Agricultores Familiares, Povos e Comunidades Tradicionais – fortalecer capacidades individuais, coletivas e associativas para a governança territorial e gestão dos recursos locais, especialmente para exigir direitos básicos e o alcance à sustentabilidade, conservando a terra, cultura e ambiente, e promovendo a segurança alimentar, hídrica e energética. Destaque para: a. Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER); b. fortalecimento de produtores em Cadeias de Valor da Sociobiodiversidade (açai, pesca artesanal, produtos florestais não madeireiros e mel de abelhas nativas); c. segurança no trabalho no meio rural (açai); e d. apoio a espaços e organizações de monitoramento, reflexão e elaboração de estratégias de garantia de direitos.
- b. Responsabilidade Social Corporativa – construir parcerias com empresas, entes públicos e comunidades afetadas pelas operações da empresa em prol da sustentabilidade, especialmente para: a. a mediação de conflitos; b. implementação de tecnologias sociais para solução de problemas do entorno de empreendimentos; c. fortalecimento da organização social para representatividade de atores de interlocução com o poder público e a iniciativa privada; e d. construção participativa de planos de desenvolvimento local. Destaque para cadeias de valor da palma (dendê), papel e celulose e mineração.
- c. Proteção Social a Crianças, Jovens e Mulheres – contribuir para garantir os direitos de crianças e jovens, em prol de maior equidade entre mulheres e homens e para o empoderamento das mulheres. Destaque para: a. indicadores sociais públicos para crianças e jovens; b. estímulo e suporte a organizações sociais e negócios rurais liderados por mulheres.

- d. Conservação da Biodiversidade – aumentar o conhecimento sobre a biodiversidade do bioma Amazônia, especialmente do Centro de Endemismo Belém (Amazônia maranhense e Pará a leste do Rio Tocantins); contribuir à conservação de áreas públicas e privadas prioritárias para conservação; e promover a educação ambiental. Destaques: a. Programa ProGoeldi para revitalização do Parque Zoobotânico do Museu Goeldi, em Belém, Pará. b. conservação de polinizadores, especialmente abelhas silvestres nativas; e c. educação ambiental para crianças e jovens.

Em 31 de dezembro de 2016 o Instituto apresentava o passivo á descoberto no montante de R\$ 413 mil. A manutenção de suas atividades tem dependido dos recursos dos associados, a administração vem adotando diversas medidas de redução de suas despesas operacionais para o restabelecimento de seu equilíbrio financeiro, econômico e da posição patrimonial e geração de caixa suficiente para o cumprimento das suas obrigações.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução CFC Nº. 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26 R4), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC Nº 1409/12 (R1) que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros, considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir ativos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil é requerido que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetem a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir significativamente dessas estimativas. As principais fontes de julgamento e estimativas estão detalhadas na nota explicativa nº 4.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia.

b) Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, o qual geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

c) Continuidade dos negócios

A Administração avalia, com base em seus atuais planos operacionais e de investimento, que o saldo e a geração de caixa operacional, somada à possibilidade de captação de recursos de terceiros, suportam uma eventual necessidade de recursos.

A Administração revisa sua habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio dos valores a receber e a pagar, tomando as ações necessárias para mantê-los em níveis considerados adequados à gestão financeira.

d) Aprovação das demonstrações financeiras

Em 25 de janeiro de 2019, a Administração da Empresa autorizou a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras do exercício findo de 31 de dezembro de 2016.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a. Estimativas contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas sobre créditos, estimativas do valor justo de determinados ativos e passivos, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

b. Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades referem-se aos recursos em caixa, em contas bancárias e em aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações estão demonstradas ao custo, acrescidas dos rendimentos líquidos de imposto de renda retido na fonte - IRRF auferidos até 31 de dezembro de 2016, seguindo a apropriação pró-rata das taxas contratadas.

c. Contas a Receber e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos destes créditos, acrescidos das variações monetárias e cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na sua realização.

Quando necessário à provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas.

d. Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

A depreciação dos bens em operação é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, cuja avaliação é revisada anualmente e ajustada, se necessário.

e. Tributação

O Instituto Peabiru na condição de Entidade de assistência social sem fins lucrativos goza da imunidade de tributos e contribuições sociais no que se refere ao seu patrimônio, renda e serviços para o desenvolvimento de seus objetivos, de acordo com os artigos 150 e 195 da Constituição Federal, respectivamente.

f. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

g. Apuração de resultado e reconhecimento de receita

As receitas e as despesas são reconhecidas, respeitando-se o princípio da Competência.

As receitas de doações são registradas quando do efetivo recebimento dos recursos, exceto as provenientes de projetos conveniados, que são reconhecidas, pelo mesmo montante, quando da realização dos custos. Os custos e despesas são registrados quando incorridos.

O valor do superávit (déficit) do exercício é registrado na conta superávit (déficit) do exercício, enquanto não aprovado pela Assembleia dos associados e, após a sua aprovação, deve este ser transferido para a conta patrimônio social.

As doações recebidas pelo Instituto Peabiru, quando destinadas a financiar o custeio das atividades operacionais são registradas na Demonstração do Superávit / (Déficit) do exercício, e quando destinadas a aplicação específica em aquisições para o ativo imobilizado são registradas no seu Patrimônio Social.

h. Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com a Deliberação CVM 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo CPC.

As demonstrações de fluxos de caixa refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando o método indireto.

4 PRINCIPAIS FONTES DE JULGAMENTO E ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil é requerido que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetem a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir significativamente dessas estimativas.

As informações sobre incertezas das premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: constituição de provisões necessárias para riscos tributários, cíveis, trabalhistas, vida útil do ativo imobilizado e recuperação dos ativos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

a) Redução dos valores de recuperação dos ativos

Os itens do ativo imobilizado que apresentam indicadores de perda de seu valor recuperável, com base em fatores financeiros e econômicos, têm seus valores contábeis anualmente revisados, através de estudo detalhado para cada UGC, pelo cálculo dos fluxos de caixa futuros descontados e pela utilização de taxa para desconto a valor presente, para assegurar que eventual provisão para perdas do valor contábil seja registrada no resultado do exercício analisado.

b) Perdas com recebíveis de clientes

As contas a receber de clientes são monitoradas individualmente, sendo a perda registrada diretamente no resultado com base na análise de risco da totalidade da carteira de clientes e respectiva probabilidade de recebimento, considerando os saldos vencidos há mais de 180 dias, excluindo valores já negociados.

c) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas.

A provisão constituída para processos judiciais que representa perdas prováveis é estimada com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda é amparada pela opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

5 CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Mencionamos abaixo o total de recursos que contem caixa e banco, divididos em Recursos próprios e com restrição:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Recursos próprios	382	329
Recursos com restrição	<u>713</u>	<u>650</u>
	<u>1.095</u>	<u>979</u>

6 CREDITOS A RECEBER

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
CRÉDITOS OPERACIONAIS		
Serviços de consultoria	28	638
	<u>28</u>	<u>638</u>
CRÉDITOS DE PROJETOS		
UNICEF		1.743
BNDS		451
UNESCO		126
		<u>2.320</u>
TOTAL DE CRÉDITOS A RECEBER	<u>28</u>	<u>2.958</u>

7 ADIANTAMENTOS

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Adiantamento de viagens	41	8
Adiantamento a funcionários	4	2
Adiantamento a fornecedores	346	124
	<u>391</u>	<u>134</u>

8 IMOBILIZADO

O imobilizado está apresentado como segue:

	<u>2016</u>			<u>2015</u>		
	Custo	Depreciação	Saldo Líquido	Custo	Depreciação	Saldo Líquido
Imobilizado - Peabiru						
Equipamentos de informática - Peabiru	85	(56)	29	85	(51)	34
Aparelhos e equipamentos - Peabiru	59	(17)	42	59	(11)	48
Máquinas e equipamentos - Peabiru	12	(8)	4	12	(6)	6
Móveis e utensílios - Peabiru	18	(10)	8	18	(9)	9
Veículos - Peabiru	30	(30)	0	30	(30)	0
	<u>204</u>	<u>(121)</u>	<u>83</u>	<u>204</u>	<u>(107)</u>	<u>97</u>
Imobilizado - Projetos						
Equipamentos de informática - Projetos	21	(6)	15	13	(3)	10
Aparelhos e equipamentos - Projetos	8	(2)	6	8	(1)	7
Máquinas e equipamentos - Projetos	73	(10)	63	23	(3)	20
Móveis e utensílios - Projetos	14	(4)	10	14	(2)	12
(-) Provisão Imobilizado dos Projetos			(94)			(49)
	<u>116</u>	<u>(22)</u>	<u>94</u>	<u>58</u>	<u>(9)</u>	<u>49</u>
Total de Imobilizado	<u>320</u>	<u>(143)</u>	<u>177</u>	<u>262</u>	<u>(116)</u>	<u>146</u>

As movimentações na rubrica “Imobilizado” foram as seguintes:

	<u>31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2016</u>
Imobilizado - Peabiru				
Equipamentos de informatica - Peabiru	85			85
Aparelhos e equipamentos - Peabiru	59			59
Máquinas e equipamentos - Peabiru	12			12
Móveis e utensílios - Peabiru	18			18
Veículos - Peabiru	30			30
	<u>204</u>			<u>204</u>
Imobilizado - Projetos				
Equipamentos de informatica - Projetos	13	8		21
Aparelhos e equipamentos -Projetos	8			8
Máquinas e equipamentos - Projetos	23	50		73
Móveis e utensílios - Projetos	14			14
	<u>58</u>	<u>58</u>		<u>116</u>
TOTAL DE CUSTO	<u>262</u>	<u>58</u>		<u>320</u>

	<u>31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2016</u>
Depreciação Imobilizado - Peabiru				
Equipamentos de informatica - Peabiru	(51)	(5)		(56)
Aparelhos e equipamentos - Peabiru	(11)	(6)		(17)
Máquinas e equipamentos - Peabiru	(6)	(2)		(8)
Móveis e utensílios - Peabiru	(9)	(1)		(10)
Veículos - Peabiru	(30)			(30)
	<u>(107)</u>	<u>(14)</u>		<u>(121)</u>
Depreciação Imobilizado - Projetos				
Equipamentos de informatica - Projetos	(3)	(3)		(6)
Aparelhos e equipamentos -Projetos	(1)	(1)		(2)
Máquinas e equipamentos - Projetos	(3)	(7)		(10)
Móveis e utensílios - Projetos	(2)	(2)		(4)
	<u>(9)</u>	<u>(13)</u>		<u>(22)</u>
TOTAL DE DEPRECIAÇÃO	<u>(116)</u>	<u>(27)</u>		<u>(143)</u>

	<u>31/12/2014</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2015</u>
Imobilizado - Peabiru			
Equipamentos de informatica - Peabiru	64	21	85
Aparelhos e equipamentos - Peabiru	59		59
Máquinas e equipamentos - Peabiru	12		12
Móveis e utensílios - Peabiru	17	1	18
Veículos - Peabiru		30	30
	<u>152</u>	<u>52</u>	<u>204</u>
Imobilizado - Projetos			
Equipamentos de informatica - Projetos	5	8	13
Aparelhos e equipamentos -Projetos	8		8
Máquinas e equipamentos - Projetos	23		23
Móveis e utensílios - Projetos	8	6	14
	<u>44</u>	<u>14</u>	<u>58</u>
TOLTAL DE CUSTO	<u>196</u>	<u>66</u>	<u>262</u>

	<u>31/12/2014</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2015</u>
Depreciação Imobilizado - Peabiru			
Equipamentos de informatica - Peabiru	(42)	(9)	(51)
Aparelhos e equipamentos - Peabiru	(5)	(6)	(11)
Máquinas e equipamentos - Peabiru	(5)	(1)	(6)
Móveis e utensílios - Peabiru	(7)	(2)	(9)
Veículos - Peabiru		(30)	(30)
	<u>(59)</u>	<u>(48)</u>	<u>(107)</u>
Depreciação Imobilizado - Projetos			
Equipamentos de informatica - Projetos		(3)	(3)
Aparelhos e equipamentos -Projetos		(1)	(1)
Máquinas e equipamentos - Projetos	(1)	(2)	(3)
Móveis e utensílios - Projetos	(1)	(1)	(2)
	<u>(2)</u>	<u>(7)</u>	<u>(9)</u>
TOLTAL DE DEPRECIÇÃO	<u>(61)</u>	<u>(55)</u>	<u>(116)</u>

9 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	<u>2015</u>
Sitawi - Finanças do Bem (a)	21
Empréstimo de Terceiros (b)	<u>24</u>
	<u><u>45</u></u>

- (a) Empréstimo realizado em setembro de 2014, junto à instituição Sitawi - Finanças do Bem, no valor de R\$ 66.544 divididos em 18 parcelas e taxas de juros de 11%a.a., vencendo a última em março de 2016.
- (b) Empréstimos realizados em nome dos Administradores Contador Francinaldo Junior e em nome do Diretor João Meirelles nos anos de 2013 e 2014, com taxa de juros de 3,01%a.m. e vencimento final em dezembro de 2016.

10 RECURSOS DE PROJETOS

A Entidade contabiliza no passivo os recursos recebidos, oriundos de convênios, contratos de serviços, patrocínios, termos de cooperação e contratos de doações condicionadas, os quais ainda não foram aplicados nos respectivos Projetos. O saldo está demonstrado a seguir:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
RECURSOS DE ENTIDADE INTERNACIONAL PRIVADA		
PROJETO SELO UNICEF		1.758
PROTAGONISMO DE ADOLESCENTES NA REALIZAÇÃO DA PLATAFORMA DOS CENTROS URBANOS/PCU BELÉM & MOBILIZAÇÃO REDE JUVA	12	299
ESSE RIO É MINHA ESCOLA		<u>158</u>
	<u>12</u>	<u>2.215</u>
RECURSOS DE ENTIDADE NACIONAL PÚBLICA		
PROJETO NECTAR DA AMAZÔNIA	353	317
PROJETO PRÓ GOELDI - BANPARA	<u>11</u>	
	<u>364</u>	<u>317</u>
RECURSOS DE ENTIDADE NACIONAL PRIVADA		
PROJETO VIVA PESCA		79
PROJETO EMBARCA MARAJÓ	344	373
ASSENTAMENTO SUSTENTÁVEL	241	315
PROJETO RIBEIRINHO	(17)	
REPLICAÇÃO DE PROCESSOS - INESC	<u>67</u>	
	<u>635</u>	<u>767</u>
TOTAL DOS RECURSOS	<u><u>1.011</u></u>	<u><u>3.299</u></u>

As principais obrigações provenientes destes recursos são: a sua correta aplicação de acordo com o previsto em cada contrato ou convênios; a devida compovação dos gastos efetuados através de prestação de contas; e a responsabilidade sobre os encargos relacionados à questões trabalhistas, previdenciárias e tributárias referente ao pessoal contratado para executar serviços em cada projeto.

11 PARCELAMENTOS DE INSS

Em 2016 foram firmados três novos parcelamentos a serem pagos em 60 parcelas com vencimento inicial em agosto de 2016 e final em julho de 2021. Adicionalmente foi firmado um novo parcelamento em janeiro de 2017 a ser pago em 60 parcelas com vencimento inicial em fevereiro de 2017 e final em janeiro de 2022.

	2016		2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
INSS	124	447	66	105
	<u>124</u>	<u>447</u>	<u>66</u>	<u>105</u>

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição:

Ano de Vencimento	2016	2015
2017		67
2018	125	26
2019	125	12
2020	125	
2021	72	
	<u>447</u>	<u>105</u>

12 PASSIVO A DESCOBERTO

12.1 PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio social é apresentado por seu valor histórico e compreende os aportes dos associados, acrescido dos superávits e diminuídos dos déficits apurados anualmente após a aprovação pela assembleia dos associados das demonstrações financeiras.

12.2 SUPERÁVITS E DÉFICITS DO EXERCÍCIO

Os exercícios de 2016 e 2015 ainda não tiveram suas demonstrações financeiras analisadas pelos associados.

13 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas de vendas de veículos, peças e prestação de serviços, em 31 de dezembro era composta de seguinte forma:

RECEITAS

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
DOAÇÕES	40	203
RECEITAS DIVERSAS	139	93
RECEITAS DE SERVIÇOS	594	1.334
RECEITAS COM RESTRIÇÃO	<u>3.825</u>	<u>2.761</u>
	<u>4.598</u>	<u>4.391</u>

14 RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas sobre aplicações financeiras	44	36
Descontos obtidos	9	
Juros sobre empréstimos	(63)	(82)
Demais despesas financeiras	<u>(33)</u>	<u>(15)</u>
	<u>(43)</u>	<u>(61)</u>

15 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Instituto participa em operações envolvendo instrumentos financeiros usuais adiante descritos. Os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros, ativos e passivos da Sociedade em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, registrados em contas patrimoniais, não apresentavam valores diferentes dos reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo:

a) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

O valor de mercado das disponibilidades (caixa, bancos, aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos), o saldo a receber de clientes e o passivo circulante aproximam-se do saldo contábil, em razão do vencimento de parte substancial dos saldos ocorrerem em datas próximas às dos balanços. O saldo dos empréstimos e financiamentos é atualizado monetariamente com base em índices de inflação e juros variáveis em virtude das condições de mercado e, portanto, o saldo devedor registrado nas datas dos balanços está próximo ao valor de mercado.

Não tem sido prática da Sociedade transacionar com instrumentos financeiros para fins especulativos.

O Instituto Peabiru não possui operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos.

Pela natureza das atividades do Instituto Peabiru, não há riscos de mercado, crédito ou de liquidez relevantes.

16 SEGUROS

O Instituto adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2016 o Instituto possuía uma apólice de seguro para sua sede com cobertura de incêndio, roubo, furto, danos elétricos entre outros, em seguradora de primeira linha, com cobertura máxima no valor de R\$500mil e vigência até 25 de agosto de 2017, além contratar seguros para cobertura de acidentes pessoais dos funcionários.

17 COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Em 2014, o Instituto renovou contrato de aluguel para uso de imóvel como sede administrativa, localizada na Rua Ó de Almeida, 1083, Reduto, Belém – PA, com vigência de 5 anos e previsão para término em abril de 2019.

O valor mensal do aluguel é de R\$ 3.500,00, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação, e possui cláusula de rescisão, que prevê, em média, a multa de 3 meses o valor do aluguel vigente.